

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: PARTICULARIDADES DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

Thanúsia Hensel da Cunha Ferreira¹

RESUMO

O estudo aqui delineado, traz uma análise das condições de trabalho dos assistentes sociais nos lócus empíricos dos Centros de Referência da Assistência Social, realizado no período de 2013 a 2015 e, se motiva pela nossa inserção profissional nesse campo de atuação. Esta pesquisa tem como objetivo geral: Analisar as condições de trabalho dos/as assistentes sociais inseridos nos CRAS de Mossoró/RN frente à expansão da política de assistência social no Brasil contemporâneo e, tem como objetivos específicos: Apreender as condições com as quais se materializa o trabalho do/a assistente social (éticas, técnicas, físicas, humanas) nos CRAS de Mossoró/RN; identificar os desafios e possibilidades do exercício profissional no processo de expansão da política de assistência social e traçar o perfil dos sujeitos inseridos nestes espaços. Para alcançarmos os objetivos propostos desta pesquisa de natureza qualitativa, o percurso metodológico para a apreensão do objeto de estudo elucidado e para a análise dos dados coletados envolveu: a pesquisa bibliográfica e documental a utilização da técnica de observação sistemática entrevistas semiestruturadas, como forma de apreensão de elementos do cotidiano profissional (sistematizados através de um roteiro previamente elaborado).

Palavras-chave: Condições de Trabalho; Serviço Social; Política de Assistência Social.

ABSTRACT

The study outlined here provides an analysis of the working conditions of social workers in the empirical locus of the Reference Centers of Social Assistance, carried out in the period from 2013 to 2015 and is motivated by our professional insertion in this field. This research has as general objective: To analyze the working conditions of the social workers inserted in the CRAS of Mossoró / RN in front of the expansion of the policy of social assistance in contemporary Brazil and, with specific objectives: To apprehend the conditions with which it materializes The work of the social worker (ethical, technical, physical, human) in the CRAS of Mossoró / RN; Identify the challenges and possibilities of the professional exercise in the process of expansion of the social assistance policy and outline the profile of the subjects inserted in these spaces. In order to reach the proposed objectives of this research of a qualitative nature, the methodological course for the apprehension of the elucidated object of study and for the analysis of the collected data involved: the bibliographical and documentary research the use of the technique of systematic observation, as a way of apprehending elements Of the professional daily life (systematized through a previously elaborated script).

Key-words: Work conditions; Social service; Social assistance.

¹ Assistente Social, mestra em Serviço Social e docente do curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: thanusia@gmail.com

INTRODUÇÃO

Primeiramente, é relevante tecer que algumas questões nortearam a escolha do objeto a ser aprofundado, as quais podemos elencar: quais seriam as implicações do atual contexto de crise do capital e difusão da ideologia neoliberal para as condições gerais de trabalho da classe trabalhadora e especificadamente do/a assistente social na assistência social? E os desafios do profissional de Serviço Social frente às “novas” formas de gestão do trabalho do SUAS, diante das tendências da assistência social nos tempos atuais?

Nessa direção, esta pesquisa, objetivou analisar as condições de trabalho dos/as assistentes sociais inseridos nos CRAS de Mossoró/RN frente à expansão da assistência social no Brasil contemporâneo e, especificadamente, apreender as condições com as quais se materializa o trabalho do/a assistente social (éticas, técnicas, físicas, humanas) nos CRAS de Mossoró/RN; analisar a concepção dos/as assistentes sociais sobre as suas condições de trabalho dentro contexto de precarização do trabalho na política de assistência social e identificar os desafios e possibilidades do exercício profissional no processo de expansão da política de assistência social.

As provocações que inicialmente tem nos inquietado e instigado, nos levam à análise da lógica das condições de trabalho em tempos neoliberais, seus desafios e implicações na atuação profissional frente às “novas” demandas de trabalho impostas ao assistente social no contexto contemporâneo do capitalismo, que podemos mencionar em linhas gerais: precarização do trabalho, através do não-reconhecimento da profissão e de suas competências e atribuições privativas, confundindo, muitas vezes garantia de direitos e benefícios eventuais com a lógica do favor; atribuições burocratizadas, como mero executor de sistemas (CFESS, 2011).

Porém, as condições de trabalho são expressas por dimensões fundamentais, éticas, políticas e não se resumem às condições técnicas e materiais somente, na medida em que é necessário que existam condições de trabalho que independem do arcabouço teórico-metodológico e técnico-operativo do próprio assistente social, demandam, portanto, além do conhecimento interventivo, uma estrutura adequada, com recursos orçamentários disponíveis; recursos humanos suficientes e capacitados e com perfil que condiz com as atribuições na política; dependem, portanto, de um conjunto de aparatos à condução das políticas sociais.

Assim, com essas colocações, observamos que os aparatos normativos e operacionais defrontam-se com a realidade objetiva posta aos sujeitos encarregados de

executarem a política, pois o atual panorama entre competências *versus* condições gerais de trabalho dos/as assistentes sociais no âmbito da política de assistência social é de precarização e inadequadas condições de materialização do trabalho.

No primeiro item desta pesquisa intitulada “Condições de trabalho dos/as assistentes sociais no contexto de expansão da política de assistência social no Brasil contemporâneo: um estudo nos CRAS de Mossoró/RN”, de caráter introdutório, situamos o nosso objeto de estudo no contexto contemporâneo, assim como, as inquietações e questionamentos que deram o ponto de partida a este estudo.

Em seguida, situamos os impactos aos assistentes sociais dentro do contexto de transformação no mundo do trabalho, abordando de maneira crítica a crise sistêmica e estrutural capitalista, o advento neoliberal e a particularidade nos governos brasileiros, expressa pelos processos de “contra-reforma” estatal e seus rebatimentos para políticas sociais nesse dado momento histórico, com o destaque para a assistência social.

No segundo item, tecemos uma análise crítica acerca da construção da assistência social no Brasil, enquanto política pública de dever do Estado. Discutimos nesse item, as relações sociais no Brasil e suas implicações para a construção da política social de assistência baseada na troca de favores e na “camaradagem”, relações estas que, obstaculizam a percepção desta política como um direito.

No terceiro e último item, situamos as condições de trabalho dos/as assistentes sociais no Brasil contemporâneo no contexto de avanço do SUAS, em específico no *locus* da nossa pesquisa, tendo como recorte de realidade, 06 (seis) sujeitos inseridos na proteção social básica, especificamente os CRAS.

Por fim, sintetizamos as análises realizadas ao longo do estudo, resgatando as principais considerações acerca no nosso objeto.

1 CRISE ESTRUTURAL CAPITALISTA, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

1.1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E IMPACTOS AOS ASSISTENTES SOCIAIS

As transformações operadas no mundo do trabalho tem implicado em uma mudança no modo de pensar o trabalho enquanto categoria analítica, quando se situa a sua centralidade na órbita de acumulação capitalista.

Sendo o trabalho ou a força de trabalho vendida como uma mercadoria aos detentores dos meios de produção (o capitalista), o trabalho no modo de produção capitalista aparece não apenas para produzir valores-de-uso (necessidades humanas), mas aparecem como valores-de-troca (mercadorias) como já sinalizou Marx. Assim, o trabalho que é realizado na esfera da produção é uma trabalho abstrato, ou seja, alienado, na medida em que o/a trabalhadora/a é abstraído do produto o ele mesmo produziu:

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto se defronta com um ser estranho, com o poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho, aparece como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação (Marx, 2004, p.3)

Dentro do Serviço Social, os processos de trabalho do/a assistente social que se realizam na cena contemporânea, em vários espaços sócio-ocupacionais, observamos um contexto de mudanças que tencionam o terreno profissional, mediatizadas pelas transformações da relação entre capital e trabalho, e entre Estado e sociedade civil, sendo este contexto determinante do trabalho profissional na medida em que o Estado/ ou o capital detém os meios e instrumentos necessários à realização do trabalho profissional.

Tais mudanças, foram intensificadas com a crise capitalista de 1970 e que trouxe efeitos nefastos à classe trabalhadora ao reestruturar os padrões de produção e alterar as relações sociais dentro do capital. É salutar afirmar que, capitalismo teve seus anos gloriosos, ou "anos dourados" nas décadas de 1950 e 1960, em que a economia estava em crescente ascensão e as taxas de lucros eram compensatórias para os capitalistas. Tanto nos países centrais, como nos países europeus e nos ditos países de "primeiro mundo", prometia-se à classe operária uma maior integração na sociedade.

Essa onda expansiva do capitalismo começa a declinar, e assim desencadeia-se uma crise que tem início na década de 1970, que Behring (2007), analisa como sendo uma crise de superprodução. Ou seja, o capitalismo intensifica o processo de automação na produção, inserindo máquinas no processo produtivo, substituindo a mão-de-obra por tecnologias que executam o mesmo processo do trabalhador, porém com mais rapidez. Com o emprego de

tecnologias no processo de produção, aumentam-se as mercadorias em circulação, porém diminui-se o consumo devido ao desemprego gerado pelo própria inclusão de máquinas e novas tecnologias na produção.

Outro fator que contribuiu para a gestação da grande crise do capitalismo reside no declínio do Estado de Bem – Estar Social e na conseqüente retração dos gastos públicos, transferindo-os para o capital privado (BEHRING, 2007), pois de acordo com os não-defensores e críticos das ideias de Keynes, a causa da crise tinha gênese nos gastos sociais do Estado intervencionista e principalmente no poder dos sindicatos, que segundo estes, corroíam as bases de acumulação capitalista.

Noutras palavras, o capitalismo, em sua fase mais atual (tardo capitalismo/oligopolista/financeiro/imperialista), emerge na crise que desponta a partir da década de 1970, especialmente a partir de 1973, e é caracterizada como sendo uma crise sem precedentes na história do sistema de produção. Ultrapassada a era dos ciclos (expansão e declínio) vivida pelo capitalismo, a crise agora é sistêmica e estrutural² e suas possibilidades de reversão são mínimas diante do quadro que abrange todo o globo, portanto, a crise se alastra em escala mundial.

Nesse ínterim, os efeitos destrutivos e desumanos à classe trabalhadora aparecem sob forma de trabalho parcial, por contrato trimestral ou anual (e que a empresa não tem vínculo permanente ou estável com o/a trabalhador/a, podendo a qualquer tempo, romper os contratos, sem prejuízos à própria). No âmbito organizacional, a noção de “colaborador” que “veste a camisa da empresa” aparece como forma de incentivos materiais e “simbólicos” (MOTA, 2008) para a obtenção da adesão “às normas organizacionais” e do consentimento dos/as trabalhadores/as à exploração imbricada nos processos de extração de lucros (mais-valia) pelo capital.

É no modelo de acumulação flexível ou “neofordismo” que há tentativa estratégica de reorganização da produção para reverter o quadro da crise, e tem como principal característica a substituição da mão-de-obra assalariada pelos aparatos tecnológicos, com o objetivo de reduzir os custos da produção.

Tais mudanças no mundo do trabalho são expressas através das novas exigências para a força de trabalho que deve ser “flexibilizada, qualificada, polivalente” (NETTO, p. 217, 2007) na medida em que exige-se uma maior qualificação para integração no mercado; exige-se uma polivalência, na qual trabalhadores/as executam várias funções na

² Em Mézaros (2012) encontramos uma melhor aproximação com a análise da crise estrutural, que é por ele caracterizada como sendo uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente.

organização/empresa (que no fordismo eram exercidas por vários trabalhadores/as) em detrimento de um mesmo salário.

No plano ideológico, a saída para a crise estrutural do capitalismo nos países desenvolvidos (nos Estados Unidos, com Reagan e na Grã-Bretanha, com o governo de Margareth Thatcher) foi a difusão de um ideário que apontasse para uma solução permanente à crise, como afirma Harvey: “o neoliberalismo³ como antídoto para ameaças à ordem social capitalista e como solução para as mazelas do capitalismo” (HARVEY, 2008, p. 29).

Assim sendo, os/as assistentes sociais, enquanto classe trabalhadora, condicionada ao contexto externo que, independe da vontade própria dos sujeitos, não estão excluídos das transformações elencadas, pois fazem parte de processos de trabalho, enquanto trabalhadores/as assalariados/as que vendem sua força de trabalho às instituições que os empregam, o que requer uma análise da particularidade brasileira nesta conjuntura.

2.2 A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: APONTAMENTOS SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL

A conjuntura acima destacada, que traz programas com recorte assistencial, é marcada pela abertura da ideologia neoliberal no Brasil, tendo como direção principal: a privatização das empresas estatais; a abertura à iniciativa privada no trato das políticas sociais, e é permeada pelos processos de reforma estatal, um deles ocorrido no governo de Fernando Henrique Cardoso, a exemplo da elaboração do Plano Bresser Pereira.⁴

Há uma nova desfiguração dos direitos sociais com o advento neoliberal no país e, no âmbito da Seguridade Social brasileira, esse processo se dá com o corte dos gastos direcionado às políticas da seguridade.

É nessa perspectiva mais ampla que se compreendem as investidas do governo Collor visando desfigurar a Seguridade Social; o Plano de Benefícios; o orçamento da Seguridade Social; Custeio e organização da Previdência Social; a Lei Orgânica da Saúde

³ Tendo como pressuposto os direitos individuais à propriedade privada e o livre funcionamento do mercado, o Estado neoliberal deve intervir somente para a garantia dessas liberdades individuais, relegando aos indivíduos a responsabilizações pelas suas ações e seu próprio bem-estar, trazendo prejuízos a classe trabalhadora, como a crescente insegurança no emprego, perdas salariais, perda de benefícios e proteções no trabalho (HARVEY, 2008).

⁴ Plano Diretor da Reforma do Estado, dirigido por Bresser Pereira que preconizava, dentre outros elementos, as privatizações, a liberalização comercial e a disciplina fiscal (BEHRING, 2008).

(LOS); o veto integral ao projeto de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); as contramarchas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE); as novas distorções no financiamento do seguro desemprego; e os desvios na regulamentação do artigo 8º da Constituição Federal (referente aos direitos trabalhistas e à organização sindical) (FAGNANI, 2005, p.393).

Uma forte marca presente nas políticas sociais, como analisa Fagnani (2005), foi a sua “desorganização burocrática” (p. 412). As iniciativas presentes na era Collor eram intencionalmente direcionada ao uso da política social como moeda de troca, sendo o Ministério da Ação Social (MAS) primordial no uso dessa estratégia:

As ações desenvolvidas pelo MAS tinham em comum a fragmentação de ações e programas; a pulverização de recursos em ações pontuais; a ausência de planejamento e de mecanismos de acompanhamento e controle; e a utilização preferencial da figura jurídica de convênios, mais ágeis e menos sujeitos a controle externo (FAGNANI, 2005, p. 412).

Ações de caráter clientelistas se estenderam ao governo de FHC, com ênfase nas reformas engendradas no Estado neoliberal no período. Esse processo, denominado de *contrarreforma* estatal brasileiro ocorreu sob a justificativa de o Estado ser burocrático e ineficiente, rígido e lento; e dessa maneira propôs-se uma *reforma gerencial* do Estado (Behring, 2008). Entretanto, a reforma do estado não possibilitou mudanças estruturais, haja vista que:

Deve-se distinguir a reforma do Estado, como projeto político, econômico e social mais ampla, da reforma do aparelho do Estado, orientada para tornar a administração pública mais eficiente (BERHING, 2008, p.178).

Dessa maneira, com a abertura das ideias neoliberais no Brasil, sob os moldes da *contrarreforma* do Estado brasileiro, encontramos modificações na política social brasileira. Apesar desta ter tido avanços no Brasil em meio às lutas e desafios a partir, sobretudo, do período de redemocratização brasileira na década de 1980 (pós-ditadura militar), resultando em avanços no âmbito social, culminando, por exemplo na instituição da assistência social como política pública integrante da Seguridade Social, vários processos de desmonte de direitos sociais vêm sendo observados neste campo.

Uma das principais características da política social no período de FHC à Lula, prioritariamente dentro da política de assistência social no contexto de sua expansão, tem

sido a ampliação de programas com caráter focalizado à extrema pobreza, com rigorosos processos de seletividade, como ilustra Behring (2010).

Nesse sentido, ganham força as perspectivas de voluntariado e ajuda mútua, redirecionando o atendimento da política pública aos chamado terceiro setor, através de ações de caridade, com sérias implicações aos direitos sociais na medida em que transfere a responsabilidade do Estado na condução das políticas sociais. Sendo, nesse sentido, os/as assistentes sociais afetados enquanto trabalhadores/as inseridos/as nas políticas públicas, e o exercício da profissão tem se tensionado pela lógica das orientações que se colocam diante dessa conjuntura de acirramento das desigualdades sociais.

3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

No âmbito da inserção profissional nos diferentes espaços sócio ocupacionais, encontramos nas políticas sociais espaços privilegiados de atuação do serviço social, como a exemplo a sua inserção na política de assistência social, a qual esta categoria foi e continua sendo protagonista de vários embates ganhos no sentido da garantia das legislações, regulamentações e da proposta da ampliação da Seguridade Social (Saúde, assistência social, previdência social, educação, segurança), que garantam o amplo acesso à classe trabalhadora à proteção social; bem como a participação em instâncias de controle social, com caráter deliberativo e participativo, fiscalizando as propostas orçamentárias e com quais finalidades os recursos são empregados.

Estas novas requisições apontam desafios à construção e consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, na medida em que, impõem limites à atuação dos/as assistentes sociais através da requisição de competências para atender aos interesses do capital, desvinculando-o do que preconiza e baliza a profissão, comprometida com a cidadania numa perspectiva de liberdade e a emancipação humana, que difere do conceito de cidadania sob a ótica burguesa.

Nessa perspectiva, a profissão inserida no SUAS é condicionada pelas relações institucionais postas, porém não podemos unilateralizar o pensamento de que as imposições do mercado de trabalho deve conduzir uma mera adequação do exercício da profissão às exigências postas. Acrescentamos também, que tampouco devemos enxergar as instituições como obstáculo ao exercício profissional, já que por meio delas, o profissional é capaz de atender as demandas da classe trabalhadora apresentadas.

Ainda sobre o SUAS, é inegável que com a inauguração deste sistema, criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, possibilitou a organização dos serviços socioassistenciais de forma descentralizada nas três esferas do governo (união, estado e municípios), de modo que aprimorasse a oferta dos serviços de acordo com o que demanda a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004. Assim, dentro do sistema, novas formas de gestão trabalho são postas sob a perspectiva de aumentar a qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados à comunidade.

3.2 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MOSSORÓ-RN

3.2.1 Breves considerações da assistência social em Mossoró/RN

No município de Mossoró-RN⁵, as ações assistenciais que marcaram a assistência social na década de 1990 no município, pós aprovação da LOAS, continuaram em consonância com as ações realizadas no Brasil, de caráter assistemático e pontual, com ações assistencialistas e em parcerias com a sociedade civil, igrejas e ONG's, destituindo a assistência social de política que garante direitos, em detrimento da troca de favores, da solidariedade e da ajuda mútua.

Situamos que o status de política pública à assistência social no município se dá de forma gradativa, pois de acordo com Castro (2009) as ações através de programas assistencialistas, como o Projeto UNISOL (Programa Universidade Solidária) era um ponto chave na organização da assistência social nesse município.

O que configura de fato a assistência social, reconhecida como política pública no município é a realização da I Conferência Municipal de Assistência Social⁶ e a Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e do Fundo Municipal de Assistência Social

⁵ Relacionado aos aspectos geográficos, Mossoró localiza-se na Região Nordeste brasileira, no estado do Rio Grande do Norte, que divide-se em 167 município no total. A população do Município, segundo o IBGE (2010) a população estimada é de 259 mil, habitantes. É considerado pela PNAS município de grande porte - aqueles com a população de 100.001 a 900.000 habitantes.

⁶ Pode ser encontrada em Coelho (2011) uma melhor sistematização da realização de conferências municipais e reuniões ampliadas de assistência social em Mossoró/RN no período de 1995 a 2009, bem como os eixos discutidos e objetivos.

(FUMAS), resultando na publicação da Lei Municipal nº 1026/95 de dezembro de 1995, que versa sobre a criação do fundo e do conselho de assistência social.

Segundo Coelho (2011) os eixos estruturantes dos serviços e benefícios contidos no primeiro Plano Municipal de Assistência Social, elaborado em 1996 e vigorou até 2003, quando foi substituído pelo Plano Plurianual (2002 – 2005). De acordo a autora, esse plano, em seu texto, está expresso uma ampliação da percepção da Assistência Social e dos limites de produzir instrumentos capazes de dar suporte a proposta de materialização dos indicadores de avaliação (p. 242).

Atualmente, os CRAS estão distribuídos nas quatro regiões da cidade Oeste, Leste, Norte, Sul; crescimento esse que está em sintonia com a expansão da assistência social no Brasil, com tendências de centralizar a assistência social, em detrimento de um sistema de proteção social mais amplo.

Tais serviços estão estruturados dentro da proteção social básica através pela oferta do PAIF e dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, além do funcionamento das Unidades de Convivência Familiar (UCFs) criadas no município a partir do reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)⁷ proposto pelo MDS no ano de 2013, visando unificar as ações da oferta dos SCFV no município e é destinado ao público-alvo de jovens de 0-6 anos; 6-15 anos; 15-17 anos e pessoas idosas.

O que se mostra evidente é que a cada gestão, os serviços passam por transformações em suas estruturação, adaptações; mudança no quadro de funcionários em comissão trazendo a perspectiva de um sistema único, porém heterogêneo nas ações “condicionado à dinâmica dos sujeitos e relações sociais presentes nos territórios onde se implanta” (YAZBEK et al, 2010, p. 147), com práticas recorrentes de assistencialismos; política de troca de favores, realidade observada em outros municípios brasileiros, como aponta a pesquisa de Yazbek et al (2010).

Dentre as ações realizadas pelos assistentes sociais no âmbito do PAIF, ao observarmos o cotidiano profissional materializado nos CRAS, locus de nossa pesquisa, estes dizem respeito prioritariamente pela demanda advinda da população pelo Programa

⁷ Por reordenamento entende-se a unificação das regras para a oferta qualificada do SCFV, que visa equalizar/uniformizar a oferta, unificar a lógica de cofinanciamento federal, possibilitar o planejamento da oferta de acordo com a demanda local, garantir serviços continuados, potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias e facilitar a execução do SCFV, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros. (MDS, 2013).

Bolsa Família, em que as famílias realizam um cadastro e após visita domiciliar são incluídas no Cadastro Único, obedecendo aos critérios de elegibilidade.

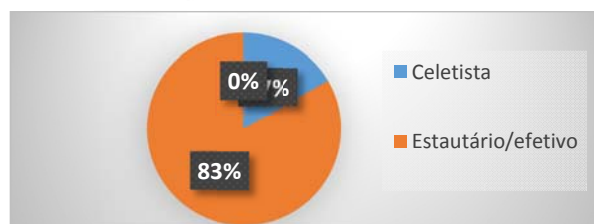
Surgem entretanto, demandas que concernem ao atendimento e prestação de serviços requisitados pelo Conselho Tutelar e Promotoria de Justiça aos profissionais, técnicos de referência dos CRAS, tais como a elaboração de estudos e pareceres para o judiciário. Já em relação a prestação de benefícios, existem os encaminhamentos referentes à requisição do BPC, encaminhamentos ao INSS etc.

3.2.1 Perfil profissional dos sujeitos de pesquisa

Ao analisarmos o perfil profissional dos assistentes sociais sujeitos desta pesquisa no período de 2015, ainda que dentro de um recorte da realidade, não abrangendo todos os profissionais que integram os CRAS no município, temos que: foram entrevistados/as 06 assistentes sociais, sendo 05 mulheres e 01 homem, o que confirma que a profissão é eminentemente feminina, formada em sua maioria por mulheres, o que ainda é um estigma dentro da profissão e pode ser confundido com vocação e dom, pois historicamente as mulheres eram vistas como dóceis e frágeis, que praticam a benevolência, ou seja, dotada de uma imagem que carregava consigo o sentimento de ajuda ao próximo, sendo que o atendimento à população empobrecida nos primórdios do Serviço Social se dava por meio desse processo de caridade e ajuda mútua.

Além de ser majoritariamente feminina, com relação ao tipo de vínculo empregatício, temos nos profissionais entrevistados/as em sua maioria com vínculo efetivo (05) e apenas (01) que faz parte de um processo seletivo realizado no município no ano de 2010. Esse dado mostra que houve a inserção dos profissionais efetivos, mediante a convocação dos/as aprovados/as no último concurso público no ano de 2013.

Gráfico 1 - demonstrativo sobre o tipo de vínculo empregatício

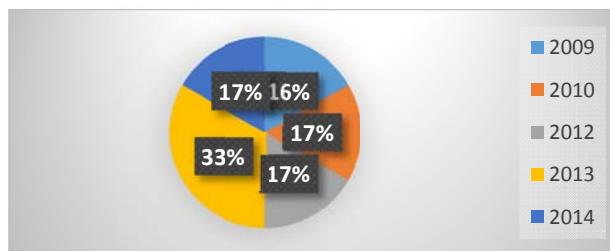


Fonte: coleta direta de dados pela autora.

Relacionado a distribuição da carga horária semanal, a assistente social do processo seletivo, trabalha 30h, o que difere dos demais profissionais efetivos que cumprem a carga horária de 20h semanais; destes, 05 profissionais possuíam apenas um vínculo empregatício e 01 possuía outro vínculo empregatício, corroborando para a percepção de que apesar da carga horária ser abaixo do que preconizado na Lei 12.317 (30h semanais) os/as assistentes sociais, ainda assim, buscam outro vínculo profissional em decorrência da garantia de condições materiais de subsistência, haja vista o baixo salário pago, que no município não chega a 03 (três) salários mínimos.

O ano de conclusão da graduação nos mostra que os/as assistentes sociais entrevistados/as fazem parte de uma vanguarda profissional, pois todos eles concluíram o curso dos anos 2000 em diante, 01 (um) concluiu no ano 2009; 01 (um) no ano de 2010; 01 (um) 2011; 01 (um) no ano de 2012; 02 no ano de 2013; 01 no ano de 2014.

Gráfico 2 - Demonstrativo do percentual do ano de graduação dos sujeitos pesquisados



Fonte: coleta direta de dados pela autora.

Desse modo, fica visível a inserção de assistentes sociais recém-graduados no mercado, e ponderamos que o concurso público foi uma via de acesso ao mercado de trabalho já que é muito difícil a absorção de profissionais sem experiência e com o concurso não houve essa exigência.

3.2.2 Apreensão das condições de trabalho físicas, éticas, técnicas em que se materializa o trabalho do/a assistente social

Ao estudarmos os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais na contemporaneidade, percebemos os diversos processos de trabalho em que esses profissionais estão inseridos como trabalhadores/as assalariados/as dependente das instituições que os empregam, pois apesar da profissão ser reconhecida como liberal no Brasil, ela não possui esse *status* já que o exercício profissional é condicionado pelo contexto societário e consequentemente pelas relações e condições de trabalho institucionais apresentadas.

Concordamos com o posicionamento da Iamamoto (2009) quando ela afirma que verifica-se uma “*tensão entre trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar seu trabalho*” (p. 354, grifos da autora), percebendo que o profissional é dotado de uma relativa autonomia dentro das instituições empregadoras na medida em que também dependem dos meios institucionais. Sendo, de acordo com uma pesquisa realizada no CFESS em 2005, o setor público é ainda o que mais emprega assistentes sociais (40,97%)⁸.

Com relação às condições físicas, percebemos através da observação sistemática, prédios com amplo espaço para a realização de atividades em grupo; salas para atendimento individual, sendo que todos os/as assistentes possuíam salas para atendimento individual e em grupos (apenas 01 profissional afirmou não ter sala para atendimento em grupos), de forma compartilhada com outros profissionais (a exemplo do psicólogo desde que a instituição contasse com este profissional no quadro, que ao total apenas 02 instituições tinham esse profissional).

Nesse sentido, as questões materiais e objetivas de realização do trabalho observadas tornam-se imprescindíveis para o atendimento à população usuária com qualidade, porém encontram limites institucionais, o que nos leva a afirmação de que os profissionais estão submetidos às condições de trabalho precárias.

Como alude a Resolução do CFESS de número 493/2006, no que versa o seu segundo artigo sobre condições éticas e técnicas:

⁸ É evidente a necessidade de atuação desses dados pois o número de assistentes sociais tem aumentando, que segundo dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) apud Berhing (2011), em 2006, havia 65 mil assistentes sociais registrados nos Cress; em março de 2011 esse número havia saltado para 102 mil. Ou seja, em cinco anos ocorreu um crescimento de 56% de profissionais inseridos no mercado de trabalho, resultado também da expansão dos cursos de Educação à Distância, dentro de um contexto de mercantilização do ensino superior trazendo graves consequências ao corroborar com uma formação profissional pontual e aligeirada.

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: [...] recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Conforme podemos perceber, os espaços institucionais, dentro do que preconiza a resolução acima citada, precisam ser melhorados, já que observamos que estes são postos, pelos profissionais na maioria das vezes, não como uma forma de acolher adequadamente os/as usuários/as e sim, como um obstáculo para o atendimento com qualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo ao qual nos debruçamos ao longo da construção deste trabalho, nos inquietou desde a estruturação do projeto até o processo da produção dos dados aqui apresentados. Ao nos indagarmos sobre o trabalho do/a assistente social na política de assistência social, vivenciando no cotidiano profissional os reflexos da precarização do exercício profissional, objetivamos com este estudo apreender, como de fato, se materializam as condições de trabalho desses profissionais na política de assistência social no contexto transformações no mundo do trabalho, trazendo a sua particularidade para a conjuntura expansiva da assistência social em Mossoró/RN.

Ponderamos que é inegável que crise estrutural capitalista, trouxe inflexões para o exercício profissional do Serviço Social, na medida em que, as perversas estratégias para revertê-la traz consigo um processo de reestruturação capitalista, como forma de modificar a estrutura produtiva e, afetando diretamente os/as assistentes sociais enquanto trabalhadores/as assalariados/as inseridos/as na divisão social e técnica do trabalho.

Tal conjuntura, tem sua particularidade na dinâmica brasileira, agudizando as expressões da questão social e uma delas pode ser visualizada ao longo da construção desse estudo: a inserção precária dos/as assistentes sociais no mundo do trabalho.

Dito isso, como sintetizado nesse estudo, a expansão da assistência social no contexto contemporâneo brasileiro, é enxergada pelos sujeitos profissionais participantes desse estudo que integram o SUAS de forma positiva, tanto para os usuários, quanto para a própria categoria profissional. Entretanto, observamos ao longo deste estudo que tal

expansão tem sido inversamente proporcional às condições de trabalho condignas, já que por unanimidade, os/as assistentes sociais, dos CRAS pesquisados relataram dificuldades postas à materialização do trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e transformações no mundo do trabalho. *In: Programa de capacitação continuado para Assistentes Sociais*. Módulo I. Brasília: UNB, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. rev. ampl., São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006 (Col. Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 1).

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília: 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília: 2009.

CASTRO, Márcia Pereira. **Implementação da Política de Assistência Social em Mossoró/RN: uma avaliação a partir dos Centros de Referência de Assistência Social**. Natal/RN, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

COELHO, Ivonete Soares. **Desenvolvimento e assistência social: uma análise da efetividade da política de assistência social nos municípios de Assu e Mossoró/RN (2004-2008)**. Natal, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação dos/as assistentes sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FAGNANI, Eduardo. **Política Social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade**. Campinas/SP, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Os espaços sócio ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS, **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília/DF: 2009.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003**.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. In: _____. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril cultural, coleção Os pensadores, 1983.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social e Sociedade n.50, ano XVII, Abril/1996.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BHERING, Elaine Rosseti; SANTOS, SILVANA Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Rachel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas**. Serviço Social e Sociedade n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

SPOSATI, Aldaíza; BONETTI, Dilsea; YASBEK, M. Carmelita; FALCÃO, M. do Carmo. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise**. 10ª Ed., São Paulo: Cortez Editora, 2008.